



XVIII ENANPUR
NATAL 2019
27 a 31 maio

Wokfare sem Welfare? Pensando as transformações do Estado no contexto da construção interrompida

Autores:

Richard Lins - IPPUR-UFRJ - richardlinsnog@hotmail.com

Resumo:

O processo de globalização tem acompanhado um abandono das contribuições das décadas de 1950-70, que interpretaram o capitalismo latino-americano desde o Sul e, simultaneamente, adotado os modelos dos tink thanks e agências multilaterais como formas hegemônicas de se pensar o desenvolvimento. Recentemente, autores do Atlântico Norte têm desenvolvido uma leitura crítica acerca da globalização. Tem-se apresentado o processo de neoliberalização através de teias transnacionais de difusão de políticas orientadas para o mercado, dentro de um processo cíclico e contraditório de arranjo transescalar, conformando uma variedade de neoliberalizações. Esse movimento tende ao desmonte dos Welfare's e a implementação de Workfare's. Em tal leitura, porém, pouquíssima atenção é dada à variedade latino-americana de neoliberalização. Partindo disso, busca-se estabelecer uma conversa com as abordagens do Norte e renovar o pensamento crítico latino-americano com uma perspectiva desde o Sul, através da fricção com as interpretações do capitalismo subdesenvolvido, periférico e dependente. Se estabelece questionamentos acerca do desmonte do Estado Desenvolvimentista através das transferências políticas na abertura neoliberal.

WORKFARE SEM WELFARE?

Pensando as transformações do Estado no contexto da construção interrompida

INTRODUÇÃO

Ao abordar os processos de neoliberalização em suas diferentes materializações, autores diversos têm apontado tendências de mudanças no papel do Estado dentro da reprodução social. As múltiplas formações que seguiam uma lógica de privilégio ao consumo coletivo e de massas, onde o Estado assumia certa parte do custo de reprodução diária da força de trabalho, vem pouco a pouco, em experiências e expressões diversas, sendo (re)moldadas em realidades onde o Estado coloca-se como gestor do exército de reserva, e garante as condições mais atrativas à reprodução do capital. Ou ainda, coloca-se em marcha o desmonte do Estado Keynesiano de Bem-Estar Social e a implementação de um Regime Schumpeteriano de *Workfare* Pós-nacional, de forma a generalizar as posturas contrarreformistas (JESSOP, 2008).

No que tange à variedade subdesenvolvida periférica e dependente de capitalismo, especificamente na condição latino-americana, desde sua gênese no processo colonial, dada a inexistência de formas institucionais pré-estabelecidas, não houveram contramovimentos (oficiais) imediatos aos processos de mercantilização fictícia da terra e do trabalho sob a coerção da moeda, criando um cenário onde a lógica do mercado se expressa até as últimas consequências (FERNANDES, 1975; SILVA, 1996; MARICHAL, 1989). A formação de uma coerência estruturada em tal contexto teve como base, portanto, o rentismo e a exploração intensiva do trabalho como formas centrais de reprodução social (FURTADO, 2005 [1959]). As interpretações acerca de tal realidade, porém, têm constantemente entrado em desuso, dada a abertura neoliberal latino-americana no final da década de 1980 (BRANDÃO, FERNÁNDEZ e RIBEIRO, 2018), a importação dos modelos localistas de desenvolvimento disseminados pelas agências multilaterais (BRANDÃO, 2012), bem como, os relativismos epistemológicos adotados nas posturas pós-modernas (WOOD, 1999).

Seguindo esses pontos, tal escrito tem a intenção conversar com as abordagens do atlântico Norte que elaboraram um rico apanhado crítico acerca da globalização e do neoliberalismo, e refundar o pensamento crítico latino-americano com uma perspectiva desde o Sul, rearticulando as diversas contribuições da década de 1950, 1960 e 1970, que buscaram compreender nosso capitalismo, junto com os debates acerca das transformações contemporâneas no Estado em contexto de neoliberalização. Tal empreitada, dada sua ambição e estado preliminar, nos dá, por hora, muito mais perguntas que respostas. Espera-

se, portanto, contribuir com novos questionamentos que possam ajudar em caminhos futuros.

DO WELFARE AO WORKFARE STATE

Para pensar as transformações do Estado no capitalismo contemporâneo, mais do que apontar características diversas nas pluralidades de modelos institucionais que determinam os aspectos de uma ou outra forma de materialização das relações do capital, faz-se necessário compreender os processos que levam a tais transformações, bem como, sua parte na totalidade das intrincadas relações geopolíticas e econômicas que perpassam os processos desiguais e combinados de desenvolvimento.

Boyer (1990), em seu livro *A teoria da regulação: uma análise crítica*, faz um apanhado geral da abordagem da escola, colocando uma síntese de seu projeto teórico que, em linhas gerais, buscava a partir dos preceitos abstratos de Marx, a compreensão das regularidades histórico-concretas do capitalismo. Para tal abordagem, segundo o autor, são considerados o desenvolvimento desigual dos diferentes achados histórico-geográficos de modos de regulação, ou seja, os meios institucionais que garantem a reprodução dos regimes de acumulação. Os regimes de acumulação, por sua vez referem-se à análise das formas de obtenção e divisão dos ganhos de produtividade, superando a lógica economicista e incluindo na abordagem os aspectos jurídicos, culturais e políticos (p. 80). A coerência entre regimes de acumulação e modos de regulação são achados tempo-espaciais variados e específicos, derivados de choques múltiplos e contraditórios dentro da dinâmica social. As relações sociais fundamentais dos modos de produção específicos no capitalismo materializam-se sob as formas institucionais. Tais formas, por sua vez, possuem cinco modos fundamentais de organização: da moeda e do crédito; a inserção internacional; as relações salariais e de trabalho; a forma das estruturas industriais e a concorrência entre os vários circuitos capitalistas; e o padrão de ação e as formas do Estado (p. 82-85). Seguindo esses aspectos, o autor aponta que o objetivo da escola é buscar a explicação da origem e da crise dos diferentes modos de desenvolvimento do capitalismo (p. 150).

Harvey (2004; 2005 [1981]) se serviu em muito de tais análises na busca de compreender o papel do espaço nas dinâmicas do capital, principalmente os processos geoeconômicos da neoliberalização atual, nos apontando como o capitalismo produz (socialmente) o espaço e conseqüentemente redetermina as relações que engendra. Para desenvolver o argumento, o autor se utiliza das categorias dialéticas de Arrighi (1996): a *lógica capitalista* e a *lógica territorial* de poder. A primeira, segundo Harvey (2004; 2005 [1981]) parte do princípio marxiano de que o capitalismo é inerentemente instável e sujeito a crises de sobreacumulação, expressas como excedentes de capital que não encontram possibilidades lucrativas de alocação. Assim, a acumulação progressiva de capital depende e pressupõe da existência de certas condições, como: a presença de um excedente de mão de obra; mercado de produção (matérias-primas, máquinas, infraestrutura e afins); e mercado consumidor. Por conseguinte, o capitalismo tende a um “mercado mundial”, a partir da expansão geográfica, incrementando o comércio exterior na busca de mercado produtor e consumidor para dar cabo (da realização lucrativa) de seu excedente, sendo as contradições acerca da falta de mão de obra solucionadas na forma de uma facilitação e estímulos para o

crescimento populacional compatível com a acumulação a longo prazo (HARVEY, 2005 [1981]). Tudo isso configura “a fuga para frente”: ou seja, o capital nunca resolve suas contradições internas, ele sempre as exporta, as empurra para outros territórios, gerando uma constante relocação geopolítica das crises (HARVEY, 2011). O segundo processo, é dado através das contradições impostas pela mobilidade do capital (agora globalizado) e a inversa fixidez territorial do Estado, o qual dá legitimidade as relações jurídicas que sustentam a acumulação do capital. Tal Estado, ao possuir um compromisso com o território, tenta manter a estabilidade de relações (capital-capital e capital-trabalho) dentro de seu espaço, a partir da criação de uma *coerência estruturada*, sendo esta:

[...] o espaço em que prevalece um mercado de trabalho relativamente coerente (o espaço em que a força de trabalho pode ser substituída numa base diária com a extensão da substituição definida pelo custo e tempo do movimento do trabalho diário é um princípio de desagregação espacial muito importante sob o capitalismo). Depois de formalmente representada pelo Estado, a coerência territorial toma-se muito mais perceptível. As políticas que regulam o processo laboral, a organização laboral, os padrões de vida dos trabalhadores (políticas de bem-estar etc.), a regulamentação e remuneração adequada do capital etc. se aplicam em todo o território. A coerência se reforça informalmente, embora não menos poderosamente, por intermédio da constância ou criação das culturas e das consciências nacional, regional e local (inclusive, tradições de luta de classes), que dão significado psíquico mais profundo às perspectivas territoriais (HARVEY, 2005 [1981], p. 146-47).

Para Harvey (2004; 2005 [1981]), é esta contradição entre a lógica capitalista de poder – a mobilidade espacial do capital, que busca conformar os ordenamentos espaço-temporais aos seus desejos – e a lógica territorial de poder – o compromisso entre o Estado e o território, que tenta defender suas coerências estruturadas – que dá dinâmica a produção do espaço no capitalismo e está no cerne do desenvolvimento geográfico da neoliberalização. Uma vez que o espaço é finito, seja por motivos cartesianos ou por questões sociais, a resposta de expansão geográfica do capital às suas contradições internas não pode ser definitiva. A partir disso, desenvolve-se um processo de (re)expansão interna do capital, ou ainda, um neoimperialismo (HARVEY, 2004; 2008), que combina as lógicas de acumulação primitiva – expansão para áreas não capitalistas – e acumulação por despossessão –, mixando lógicas territoriais e capitalistas de poder a partir de um reordenamento e (re)expansão interna, ou seja, uma destruição criativa de novas coerências –, a partir de uma sobreposição da lógica capitalista sobre a territorial, levando a primeira lógica a obter maior controle das ordenações espaço-temporais (HARVEY, 2004; 2005 [1981]). A compressão espaço-tempo, nesse sentido, é decorrente das próprias contradições internas do capitalismo, que se estabelece como uma resposta às crises de superprodução, decorrentes da dinâmica do capital, que se expande espacialmente e simultaneamente acelera mecanicamente, concomitantemente, sua área e sua rotação.

Autores diversos da geografia econômica, como Peck e Theodore (2007) e Brenner, Peck e Theodore (2010a), têm buscado um enriquecimento dessas análises, derivando através

dessas leituras aquilo que nomearam como “variegações”¹ de capitalismo e neoliberalismos. Eles apontam que o estudo das variegações deve buscar: i) não a lógica de vantagens comparativas, mas o desenvolvimento qualitativo desigual e combinado das diversas formas de manifestação do capitalismo, a partir da análise da “(necessária, ainda que interdeterminada) mistura do econômico e extraeconômico dentro de diferentes formações ‘locais’ do capitalismo”² (PECK e THEODORE, 2007, p. p. 752, tradução livre), bem como; ii) suas redes de transferências de políticas transnacionais, numa leitura trans e multiescalar, dentro da relativização das escalas, materializada pela neoliberalização dentro de sua constante destruição criativa de coerências numa incessante experimentação regulatória que busca a conformação das diversas esferas da vida ao modos operandi do mercado (BRENNER, PECK e THEODORE, 2010b).

Através dessas abstrações acerca da destruição e criação dessas coerências, Brenner, Peck e Theodore (2010b) nos apontam não um neoliberalismo, mas sim uma neoliberalização, ou seja, o neoliberalismo como um processo em ação constante e contraditório, ou ainda, marcado por experimentações incessantes em contextos histórico-geográficos específicos, gerando ao invés de um neoliberalismo, vários neoliberalismos desenvolvidos de forma geograficamente desigual em busca constante de readaptação de suas contradições internas. Disso derivam-se os ciclos de neoliberalização, geralmente caracterizados por fases análogas e antagônicas (contraditórias) de experimentações e adaptações (PECK, 2010): i) *Roll-Back*: de ataque ofensivo e de contrarreforma, em que se promove o desmantelamento de instituições, desorganizando centros de poder, espaços burocráticos etc. em procura de, por diversos dispositivos, disciplinar sujeitos coletivos; e ii) *Roll-Out*: (re)regulação, onde há um (re)entrincheiramento, enfrentando modos de governança diversos erigidos anteriormente, e realizando uma incursão e implantação regulatória que garanta modos de conformação aos desejos dos mercados. Configuram-se, portanto, processos neoliberalizantes, marcados por rodadas cíclicas e contingentes, com um primeiro momento de ataque e desmonte, para uma posterior (re)regulamentação e remontagem. Essas rodadas de experimentação buscam o desmantelamento do Estado Nacional de Bem Estar Keynesiano (KNWS), para a implementação do Regime Shumpeteriano de *Workfare* Pós-Nacional (SPWR) (JESSOP, 2008). No primeiro: i) Estado: atuante na compensação das falhas de mercado; ii) Nacional: forte relação vertical entre escalas, com primazia para a escala nacional na formulação de políticas econômicas e sociais; iii) de Bem-Estar: preferência às negociações coletivas de corte corporativo, buscando generalizar as condições de consumo de massa (sejam individuais em mercadorias estandardizadas ou coletivos na reprodução diária da força de trabalho), garantindo direitos sociais e o exercício da cidadania; iv) Keynesiano: busca de criação de condições que permitam uma demanda efetiva (*Ibidem*, p. 71-4). No segundo: i) Regime: substituição do modelo de administração centralizada do Estado por um maior papel da “governança auto-organizada”, onde mesclam-se agentes públicos e privados nas tomadas de

¹ O termo “variegações”, referente à botânica, é a apresentação de diferentes características na mesma espécie de plantas. O termo é aplicado pelos autores a fim de inserir um termo que possibilite a discussão de variedades de manifestações de um mesmo capitalismo, desigual e combinadamente desenvolvido em sua totalidade

² No original: “(necessary, yet interdeterminate) blending of the economic and the extraeconomic within different ‘local’ formations of capitalism”.

decisão; ii) Schumpeteriano: um Estado competitivo que busca promover as condições econômicas e extra-econômicas necessárias para triunfar na concorrência mundial; iii) de *Workfare*: subordinação das políticas sociais às políticas do trabalho, pressionando a redução do salário social, das políticas de consumo coletivo e flexibilizando as relações de trabalho; iv) Pós-Nacional: assume os processos de relativização das escalas como pressuposto político (apesar de preservar o papel dos Estados Nacionais), abrindo espaço para as diversas disputas econômicas entre as classes e suas frações pela busca de estruturar uma nova coerência escalar de acumulação (*Ibidem*, p. 303-337). Ou seja, se coloca em marcha a transfiguração dos processos institucionais de um caráter administrativo – até certo ponto, distributivo e pleno na manutenção da cidadania – para um empreendedor – assumindo protagonismo na inovação para alcançar posições monopólicas na atratividade de capital e, ainda, transferindo o status de cidadão para o de consumidor.

A CONSTRUÇÃO INTERROMPIDA

Discutir a condição do capitalismo dependente, periférico e subdesenvolvido, sempre foi um desafio, dado o não encaixe de tal realidade aos modelos analíticos desenvolvidos nos países centrais, exigindo a elaboração de categorias próprias para sua apreciação, dificultando assim, a inserção de seus movimentos dentro dos processos desiguais e combinados que conformam a totalidade da lógica capitalista. Dentre a pluralidade de interpretações que buscaram discutir tal condição, dadas as variedades de bases epistemológicas de abordagem, são diversos os desacordos em relação aos processos endógenos ou exógenos que determinam e determinaram suas diversas formas conjunturais, mas percebe-se, também, vários pontos comuns e complementares de análises. Ainda está por se realizar uma síntese crítica e coerente de tais interpretações, de modo a friccionar as diversas leituras em seus pontos comuns, e extrair de seus contrapontos perguntas diversas que podem se estabelecer, desenvolvendo, assim, caminhos para uma economia política do capitalismo subdesenvolvido, periférico e dependente. Porém, pode-se tentar esboçar aqui algumas breves e incompletas linhas do que seria tal síntese, afim de nos ajudar a compreender tal e especificidade para o propósito em questão.

O capitalismo latino americano se desenvolve, no sentido da criação de estruturas de produção, circulação e consumo dum mercado interno de maneira tardia. Isso não significa, porém, que antes desse desenvolvimento esses países já não se encontrassem em uma relação capitalista, principalmente quando se analisa seus fluxos econômicos externos, inclusive quando se tem em mente que seu “descobrimento”, ocupação e fixação de núcleos internos de produção ou extração, partem de uma necessidade de expansão do capital comercial dos países europeus. Como identificado por Furtado (2005 [1959]), tais processos se caracterizam como parte de uma acumulação extensiva de capital, que tem como base a expropriação de recursos diversos na expansão das relações mercantis à diversas esferas da vida e espaços do globo, se materializando, na condição latino-americana, como uma série de ciclos diversos de acumulação, que variaram de acordo com suas relações os interesses externos. A partir disso, estabelece-se o que se define como *capitalismo dependente* (FERNANDES, 1975), onde os países latino americanos, enquanto periferia numa estrutura de relações econômicas desiguais, acabam por ter suas relações produtivas e comerciais definidas pelas demandas dos países centrais desse esquema. Nesse sentido, no Brasil, por

exemplo, define-se que transformações históricas importantes como independência em 1822, por exemplo, resultam, não da luta levada pelas classes dirigentes contra o sistema colonial, mas da queda de Portugal face a emergência crescente da Inglaterra em plena industrialização. Muda-se então a metrópole de escoamento e a própria relação de dependência, que passa de política e militar da fase portuguesa, para econômica e financeira na inglesa. A última fase, que se estende até os dias atuais, ocorre na segunda metade do século XIX onde a dependência dá-se pela nova hegemonia econômica estadunidense. Todas essas fases configuram os diferentes ciclos do imperialismo em tal contexto.

Segundo Mello (1991), essas relações centro-periferia trouxeram inúmeras especificidades ao desenvolvimento industrial latino americano. Manteve-se o setor produtivo preso às demandas externas, de forma a não desenvolver um mercado interno de consumo, não inserindo tal capitalismo no ciclo virtuoso de produção e consumo que configuraram as estratégias de demanda efetiva nos países de capitalismo central no atlântico norte do pós-guerra. Fixou-se, portanto, na América-Latina, uma produção agroindustrial e extrativista, satisfazendo o pequeno mercado interno de produtos industrializados a partir de importações. Dessa maneira, o que guiou as políticas de industrialização durante os 50 anos de desenvolvimento industrial do Brasil (1930-1980) foi basicamente a substituição de importações e fixação de um mercado interno de consumo³.

Acontece que, mesmo nos anos de 1960, com um salto na produção industrial e desenvolvimento na estrutura produtiva brasileira, já se notava uma incoerência entre a produção e o mercado de consumo: desenvolvia-se uma organização produtiva industrial (e inclusive estatal) tecnocrática e racionalizada, dentro dos moldes fordistas dos países centrais do capitalismo, por outro lado, as infraestruturas de circulação continuavam não superando as heranças dos arquipélagos econômicos e mantinha-se grande parte dos trabalhadores fora do mercado de consumo dos bens básicos, como habitação ou alimentação de qualidade. A essas incongruências entre o que pode se chamar de uma estrutura produtiva fordista que convive com estruturas de circulação e consumo extremamente rudimentares, Tavares e Souza (1981) nomearam de “não correspondências das estruturas”, o que, segundo os autores, demonstra a complexidade das análises do subdesenvolvimento e suas dinâmicas. Isso se sustenta por razões diversas, que se explicam tanto nas relações centro-periferia quanto pela própria formação de estruturas de classe internas.

Pensar a condição dos direitos civis dentro de tal constituição traz uma série de especificidades. Segundo Gomes (2002), a construção de uma cidadania sempre foi intermediada pelo trabalho, principalmente através da Consolidação das Leis do Trabalho (a CLT), que desde o Estado Novo, foi a principal forma de acesso à direitos diversos como: saúde e previdência. A constituição de 1988, apesar de buscar ampliar tais direitos para a massa populacional num geral, tem, desde a abertura neoliberal, sofrido diversos processos de

³ Boa parte das políticas industriais latino-americanas seguem essa lógica, dentro das recomendações da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), órgão com o qual Mello (1991) busca discutir criticamente em seu livro *O capitalismo tardio*, afim de demonstrar que não se trata apenas de um processo de “desenvolver o atrasado”, mas sim de entender as relações de dependência que podem se (re)produzir mesmo em uma estrutura industrial plenamente desenvolvida.

desmonte e re-regulamentações, mantendo o trabalho como principal forma de acesso aos direitos no Brasil, e, inclusive, nos momentos atuais, de disputa por uma intensa reforma dos direitos do trabalho, onde arrisca-se o desmonte desse pequeno acesso aos direitos cidadãos. Assim:

Esse talvez seja um dos pontos mais complexos do processo de construção de cidadania no país, mas é igualmente um dos mais reveladores de sua dimensão histórica e de suas características singulares. Até porque ele esclarece uma das razões pelas quais os direitos sociais (e os do trabalho em especial) ocupam uma posição tão central na história da cidadania brasileira, sendo identificados pela população como expressão de justiça social e como obrigação do Estado, embora não tenham contribuído necessariamente para o avanço da democracia no país (GOMES, 2002, p. 45-6).

De forma geral, é possível colocar que o capitalismo dependente, periférico e subdesenvolvido, enquanto plataforma de acumulação extensiva na expansão capitalista mundial (FURTADO, 2005 [1959]) e que teve a construção de suas bases civilizatórias interrompidas por uma revolução burguesa de cunho completamente conservador e contrarreformista com o famigerado golpe de 1964 (FERNANDES, 2006 [1975]), tem a sua formação embasada, não na criação de bases para a produção de capital, mas sim, na criação de instrumentos de apropriação de rendas em circuitos diversos. Tal lógica, segundo Brandão (2010. n/p), tem permitido uma “acumulação primitiva permanente”, onde:

A apropriação e expropriação dos abundantes recursos territoriais e a acumulação primitiva permanente foram elementos fundantes da nossa história até aqui. O território heterogêneo e de grande porte desempenhou papel estratégico nestas táticas subordinadas e covardes de nossas elites. Transformado em mera base operativa e plataforma de simples circulação de capitais usurários e lócus da predação e degradação humana e ambiental, o território passou a ser visto e utilizado como objeto inerte [...]. Essa conjunção de fatores leva a que se estruturassem potentes e persistentes máquinas de produção de múltiplas desigualdades, interdição de direitos e diversificados e sofisticados mecanismos socioeconômicos e políticos de exploração e marginalização (BRANDÃO, 2010, n/p).

A NEOLIBERALIZAÇÃO À BRASILEIRA

Dado a ascensão de governos progressistas em alguns países latino-americanos no início do século XXI, vários intelectuais passaram a apontar que estava a se instituir um período “pós-neoliberal” em tal realidade, com a articulação de políticas neo-desenvolvimentistas, que buscariam romper com os experimentos neoliberais estabelecidos na década de 1990, e, desse modo, promover a integração regional, o progresso social e tecnológico, e superar as bases subdesenvolvidas de nosso capitalismo (SADER, 2015). Tais governos, ao mesmo tempo em que buscaram construir algumas políticas governamentais (que na maioria das vezes não se estabeleceram como políticas de Estado) que enfrentavam

certas desigualdades econômicas e sociais entre classes e regiões, acabaram, em simultâneo, por se materializar enquanto agentes ativos nos processos de neoliberalização, mantendo políticas macroeconômicas conservadoras, se rendendo aos desígnios dos mercados financeiros internacionais, reinserindo tais países dentro nas cadeias de valor das demandas dos mercados externos e, de certo modo, regredindo em questões estruturais de dependência ao reprimarizar a economia, além de dar seguimento às reformas trabalhistas e previdenciárias, de modo a se adequar aos modelos de desenvolvimento recomendados pelas agências multilaterais e *think tanks* (BRANDÃO, 2016, 2017; CRESPO e GHIBAUDI, 2017; FERNÁNDEZ, 2016).

Tendo em mente as abordagens dos autores supracitados da geografia econômica do Atlântico Norte acerca dos processos contingentes, contraditórios e adaptáveis da neoliberalização, alguns autores, como Brandão (2016, 2017), Fernández (2016) e Crespo e Guibaudi (2017), têm abordado a ascensão desses governos progressistas como parte das dinâmicas contraditórias de um mesmo movimento neoliberal. Partindo, sobretudo de termos polanyianos ao olhar o rearranjo das três mercadorias fictícias – terra, trabalho e dinheiro – nos processos despóticos, esses autores têm buscado analisar as possibilidades da materialização de um *Workfare* que se consolida com as rodadas de neoliberalização na América Latina, interpretando os movimentos concretos nas tendências e contratendências adversas a cada ciclo. Nesse sentido, no Brasil, os governos FHC e Lula/Dilma, devem ser compreendidos, não como uma abertura neoliberal para seu posterior encerramento com uma “ascensão da esquerda”, mas sim como processos contingentes dos ciclos brasileiros de neoliberalização: i) no governo FHC com processos de desmantelamento do Estado Desenvolvimentista (*Roll-Back*); ii) no governo Lula/Dilma com a abertura de crédito (inclusão via consumo) e re-regulamentando os mercados de capitais e seus instrumentos (*Roll-Out*); de modo que, iii) a partir do golpe institucional em 2016 constrói-se a imersão em um novo ciclo (*Roll-Back 2.0*) e as medidas conservadoras de cortes e desmantelamento institucional das bases do lulismo em uma mercantilização radical (BRANDÃO, 2016; 2017); e, por hora, iv) temos a construção de um “*Roll-Back 2.1*” com a eleição de Bolsonaro, que apresenta uma série de tendências ainda por se concretizarem, mas que, por hora, parece apontar para a construção de uma coalizão *Brazil delivery*.

Conforma-se, dentro dessa leitura, que os processos contingentes de neoliberalização, em suas fases de ataque e resposta às coerências pré-estabelecidas, têm agido como uma espécie de veneno e antídoto que comungam uma inalterabilidade estrutural na lógica da neoliberalização (FERNÁNDEZ, 2016). Dessa forma, há: i) um primeiro momento onde adentra-se o veneno neoliberal de mercantilização e privatização, que age na forma de desmonte político de e adequação às cadeias de valor nos interesses internacionais e depois; ii) as formas ditas resistentes, numa espécie de contramovimento ou antídoto, que instituem políticas distributivas e buscam desenvolver alguma estrutura de mercado interno sem buscar realizar alterações profundas nas bases estruturais das cadeias produtivas e; iii) quando essa lógica de resistência instável atinge o gargalo, abre-se espaço para consensos pró-neoliberais, adentrando novamente o veneno. Seguindo essa dialética, aprofundam-se as mazelas estruturais de nosso capitalismo subdesenvolvido periférico e dependente, uma vez que, com o veneno neoliberal:

[...] frente a la “debilidad del antídoto”, emerge un nuevo “movimiento re-mercantilizador”, sin permisividades redistributivas, que readapta al Estado a la penetración del poder geopolítico hegemónico de los Estados Unidos y la expansión de capital financierizado que promueve y realinea a ese proceso una estrategia económica interna bajo la acción reparadora y autoreguladora del mercado (FERNÁNDEZ, 2016, p. 27).

Para a construção desse quadro, se busca nas próximas linhas, analisar, ainda que de modo generalizante, as transformações cíclicas dos processos de neoliberalização sobre as estruturas brasileiras nas diversas escalas espaciais de forma relacional em sentido econômico e político.

O *Roll-Back* no Brasil

De modo geral é possível colocar a abertura neoliberal no Brasil como a instauração de uma série de contradições e paradoxos. Os movimentos do novo sindicalismo e a crise da dívida externa nos anos de 1980 desembocaram no processo de redemocratização em 1985 e na assembleia constituinte de 1986-88, que buscou desvincular os direitos sociais do trabalho, conformando, portanto, uma constituição cidadã, que universalizasse o direito a ter direitos (GOMES, 2002). Em simultâneo, se estabelece uma série de contradições entre as classes e frações de classes dominantes sobre: i) a validade da manutenção/renovação do Modelos de Substituição de Importações e da capacidade estrutural de um projeto neodesenvolvimentista; ou ii) de aceitar o caráter estrutural da crise e de acatar as recomendações do FMI e do Consenso de Washington acerca do processo de neoliberalização, re-regulamentando os mercados, concitando na liberalização cambial e dos mercados financeiros, na flexibilização das relações de trabalho, bem como, em reformas econômicas e administrativas do Estado (em base, privatizações). Assim, dada a contraditoriedade de tais processos, se estabeleceu uma série de barreiras que levaram o Brasil a ser, dentre os países da América Latina, aquele que adotou mais tardiamente as políticas neoliberais (FILGUEIRAS, 2006; TAVARES, 1999).

Essa abertura tardia, em seu primeiro movimento, caracteriza-se por dois momentos: i) um momento inicial, onde, após vários planos de estabilização fracassados durante a década de 1980, no governo Collor, no início da década de 1990, se puseram em prática os primeiros experimentos de neoliberalização através da re-regulamentação do mercado de capitais consolidando o rompimento com o Modelo de Substituição de Importação; ii) uma fase de ampliação da nova ordem econômico-social através de uma série de ataques às bases mais socializantes da Constituição de 1988, com concomitante desmonte de políticas de Estado administrativistas e distributivas, além de uma radicalização da política econômica iniciada por Collor; momentos que, de modo geral, configuram um primeiro movimento de mercantilização e privatização, com enfrentamento e desmonte das paisagens regulatórias pré-estabelecidas às lógicas de neoliberalização (FILGUEIRAS, 2006; TAVARES, 1999).

Pode-se resumir os traços gerais desse primeiro ciclo (*Roll-Back*) pontuando: i) transformações diversas na relação capital/trabalho; ii) mudanças nas relações entre as

distintas frações do capital; iii) alterações na inserção internacional (econômico-financeira); iv) reescalonamento e reestruturação das ações do Estado.

Os planos de estabilização de Collor que desencadearam a abertura comercial-financeira acirraram a concorrência intercapitalista e empurraram as empresas para um acelerado processo de reestruturação, concitando em um grande salto nas taxas de desemprego. Segue isso uma série de discursos que buscaram legitimar flexibilizações nas relações de trabalho como formas de atração de capital, incentivando uma série de regulamentações trabalhistas, desencadeando na generalização de condições precarizadas de trabalho, em formas de contratação instáveis que possuem maior facilidade em burlar a legislação trabalhista, prolongamento da jornada de trabalho e redução no nível dos salários. Há ainda, a primeira reforma previdenciária em 1996, redefinindo regras, reduzindo benefícios e direitos. Conforma-se, assim, uma redistribuição das rendas do trabalho em favor do capital, principalmente às especulações no mercado financeiro. Foi um momento de repressões sobre os movimentos sociais e sindicais, acompanhado, em paralelo, pela cooptação de certos setores, principalmente daqueles ligados ao Partido dos Trabalhadores, através da burocratização e disputa do aparelho do Estado, que desemboca com consequências importantes no ciclo posterior (FILGUEIRAS, 2006, p. 187-189; GOMES, 2002, p. 63-72).

Dada a instituição da política cambial flutuante e da liberdade de entrada e saída de capitais, o Brasil acabou se tornando, segundo Tavares (1999, p. 479), “o paraíso dos especuladores”, onde o Estado através de sua dívida interna cria os lastros para o endividamento externo do setor privado, levando à um crescente fortalecimento dos grupos financeiros nacionais, e a entrada crescente de grupos internacionais. Por outro lado, essa abertura comercial-financeira concitou em um impressionante movimento de centralização de capitais, através das privatizações, fusões, aquisições e incorporações, concitando em maior desnacionalização da economia. As frações do capital com fortes vínculos com o mercado externo, principalmente aqueles associados à valorização das *commodities* (petróleo e gás, siderurgia, papel e celulose, mineração, além de produtos provenientes do agronegócio) em paralelo ao chamado “efeito China”, ainda no segundo governo FHC, passaram a ter força econômica e política crescente devido à importância estratégica que as importações passaram a exercer para a dinâmica neoliberal. É interessante notar também como os processos de reestruturação produtiva influem em novas formas de articulação entre os pequenos, médios e grandes capitais, conformando formas de terceirização e subcontratação, de maneira a generalizar o apoio às flexibilizações das relações de trabalho (FILGUEIRAS, 2006, p. 190-91).

As alterações na inserção econômico-financeira internacional carregam processos concomitantes e articulados: um referente à sua integração financeira e outra, seguindo as casualidades, concernente às transformações importantes na estrutura produtiva. De início, após a abertura financeira, o país passou a ser importador líquido de bens e serviços, com os saldos negativos decorrentes sendo solucionados principalmente através de privatizações de empresas públicas e aquisições de grupos nacionais pelo capital estrangeiro. Tal modelo se redefine dada a crise cambial de 1998, implicando em um clausula de contenção do FMI que coloca a obtenção de elevados superávits na balança comercial como condição para a remuneração do capital financeiro (TAVARES, 1999, p. 477-80). Tal base de abertura comercial e constantes privatizações abriram espaço para a progressiva desnacionalização, reconversão

e reescalonamento das atividades produtivas de acordo com os interesses das cadeias de valor internacionais. Assistiu-se, assim, um constante processo de desindustrialização e especialização regressiva da base produtiva, inserindo o país na nova divisão internacional do trabalho com uma reprimarização das exportações, restituindo os antigos enclaves extrativistas e fortalecendo o agronegócio (CRESPO e GHIBAUDI, 2017, p. 35-6; FILGUEIRAS, 2006, p. 191-94; SIQUEIRA, 2015, p. 267-73).

Dados esses processos, há uma reestruturação do próprio Estado na conformação de disputas entre classes e frações de classe. Conformou-se, através das privatizações e re-regulamentações a favor da flexibilização do movimento dos capitais, uma crescente perda de qualidade sistêmica de atuação do Estado, de modo a fortalecer grupos privados nacionais e estrangeiros, provocando disritmias entre os investimentos públicos e privados. O surgimento de oligopólios privados diversos, o fortalecimento das antigas oligarquias regionais dado o tipo de inserção produtiva no mercado internacional, bem como, a flexibilização das relações de trabalho, configuraram uma desproporcionalidade de poder na relação capital-trabalho, facilitando demissões em massa, enfraquecendo os sindicatos, e articulando blocos de poder políticos conservadores. Há ainda, reformas administrativas diversas que permitiram a flexibilização das relações de trabalho dentro da própria estrutura do Estado (BRANDÃO, 2016, p. 1114-18; FILGUEIRAS, 2006, p. 194-5).

Segundo Brandão (2016; 2017) e Galvão e Brandão (2003), a espacialização de tais processos configurou um retrocesso nas desigualdades macrorregionais, com a ampliação de ilhas de produtividade e polos de competitividade. A estruturação da guerra fiscal, como estratégia de atração de investimentos, ampliou a coerção concorrencial entre os entes federativos, acirrando as rivalidades entre as regiões e as cidades. Materializa-se, junto disso, o desmantelamento fiscal e administrativo de instituições que deveriam cuidar dos problemas urbanos e regionais, relegando ao abandono as políticas habitacionais e de infraestruturas em geral, acabando por consumir: i) o urbano como um espaço de destituição de meios diversos para a reprodução cotidiana do trabalho, aprofundando os efeitos da crise econômica e social em tal escala; ii) uma “naturalização” das tendências de especialização regressiva dos circuitos regionais de produção através dos Eixos Nacionais de Desenvolvimento, que articulavam as ilhas regionais de produtividade com as demandas externas, fortalecendo o papel dos blocos regionais de poder na estruturação dos interesses políticos e econômicos. A reestruturação das paisagens regulatórias, nesse período, portanto, influem sobre tais espaços mais como involuções e desconstruções dentro das particularidades regionais da crise econômica e de sua solução conservadora na política macroeconômica, do que um reescalonamento do Estado de fato. Segue assim, um agravamento da crise urbana, dado os altos índices de desemprego, da precarização e informalização do trabalho, em concomitância com grandes investimentos pontuais de renovação urbana, segregação social, periferação dos mais pobres, concitando, inclusive, no aumento da violência. De modo que:

Assim, nos vinte anos desde a crise da dívida até o final do Governo FHC (1982/2002), as transformações do quadro regional e urbano brasileiro resultaram muito mais de forças inerciais, involuções e desconstruções do que de alguma decisão autônoma de mudança, ou de políticas institucionalizadas e explícitas (BRANDÃO, 2016, p. 1118).

O *Roll-Out* no Brasil

Com a eleição de Lula ao cargo de chefe do executivo em 2002 no Brasil, inicia-se o que pode se chamar de um contramovimento aos diversos processos de mercantilização, crises econômicas e sociais erigidas no primeiro ciclo neoliberal. O caráter desse novo ciclo, se estabelece com uma continuidade alternada e contingente ou um rompimento e enfrentamento estrutural que, como já apontado, é tema de um intenso e extenso debate. Muitos nomes se colocaram na definição dessa nova fase, como neodesenvolvimentismo (BOITO JR, 2012), pós-neoliberalismo (SADER, 2015), lulismo (SINGER, 2015), dentre outros. Realizar uma síntese completa desse debate e/ou que abrangesse a maior parte de seu conteúdo é uma tarefa que foge da alçada desse escrito; porém, para além das nomeações, busco aqui, na esteira e em acordo com as leituras de Brandão (2016, 2017), Fernández (2016) e Crespo e Ghibaudi (2017), caracterizar os aspectos que conformam tal período como parte do processo contingente de neoliberalização no Brasil, apresentando para isso, dentro das possibilidades, os processos concretos de seu movimento.

É possível colocar, de modo geral, que esse novo ciclo (*Roll-Out*) de contramovimento se articula através de uma base político-econômica extremamente instável, que buscou equilibrar uma ordem de fatores como: a conformação de um mercado interno apoiado nas exportações, nos saldos positivos da balança comercial, gastos públicos e ampliação do crédito; não desencadeando transformações na estrutura produtiva e/ou enfrentamento dos interesses das grandes finanças; mantendo as metas conservadoras do tripé macroeconômico; e articulando, para isso tudo, uma aliança instável entre diversas frações de classe com interesses conflitantes (principalmente no que concerne à relação capital-trabalho). Porém, tal bloco de poder estruturado em tamanha instabilidade de equilíbrio, devido à uma série de fatores (em sua maioria externos), conseguiu manter-se por quase quatro mandatos presidenciais até sua derrocada (FILGUEIRAS, 2006, p. 196-200; PINTO, 2017, p. 7-14).

Partindo disso, o que se estabelece é uma espécie de modelo “exportador-desenvolvimentista” (FILGUEIRAS, 2006, p. 199), ou seja, um ciclo que busca negar as diversas consequências sociais (desigualdade socioeconômica, concentração de renda, altas taxas de desemprego, etc.) do ciclo anterior, sem buscar superar, porém, as bases estruturais pré-estabelecidas por este (hegemonia do capital financeiro, tipo de inserção internacional, regressão na base produtiva, etc.). Conforma-se, assim:

[...] a implementação de uma política econômica que flutua entre, de um lado, a livre mobilidade de capital, taxas de juros elevadas, superávits fiscais primários elevados e crescente carga tributária e, de outro, a concessão de financiamentos à produção para exportação, taxa de câmbio desvalorizada, redução ou eliminação de impostos e juros menores ou subsidiados (FILGUEIRAS, 2006, p. 199-200).

Esse modelo constitui uma intrincada correlação de forças sociais, que conjuga: uma aliança entre o capital bancário-financeiro (articulado, basicamente, através da dívida

pública); os diversos agentes com realização produtiva na escala regional (oligarquias regionais agroexportadoras e/ou envolvidas na indústria intensiva de recursos naturais, principalmente devido à valorização das *commodities*); os capitais imobiliários e construtor (através de uma série de gastos públicos em infraestruturas e/ou urbanização que auxiliam na oferta agregada); da classe trabalhadora (principalmente através da cooptação dos movimentos sociais e sindicais para dentro da estrutura burocrática do Estado e/ou por meio de políticas distributivas na inclusão via mercado dos mais pobres entre os mais pobres) (BOITO JR, 2012; FILGUEIRAS, 2006; OLIVEIRA, 2017; PINTO, 2017; SINGER, 2015).

Tal modelo conseguiu, dentro da manutenção das condicionantes externas, sustentar uma espiral de crescimento, porém, por um breve período, principalmente entre os anos de 2004-2009. Nesse intervalo, constata-se uma integração inédita de milhões de brasileiros ao mundo do consumo, com baixas taxas de desemprego e aumento dos vínculos formais de trabalho, com a ascensão da chamada “nova classe média”, além do papel exercido pelas diversas políticas de transferência direta de renda e abertura de crédito como forma de combate às desigualdades interpessoais. Esses movimentos, apesar de configurarem tendências importantes na maior dinamização de regiões com menor PIB, através de programas sociais, estímulo ao mercado interno e investimentos diversos em infraestruturas, não resultaram de/em alterações nas estruturas produtivas, com as dinâmicas econômicas regionais baseadas fortemente na exportação de *commodities*, intensivos em escalas, sem difusão de progresso tecnológico, bem como, sem elevação na riqueza da divisão do trabalho e no grau de qualidade das relações capital-trabalho (SIQUEIRA, 2015; SINGER, 2015). Estabelece-se, assim, que “as desigualdades interpessoais arrefeceram um pouco, mas as *iniquidades inter-regionais e interurbanas brasileiras persistiram e ganharam outra natureza*” (BRANDÃO, 2017, p. p. 64. Grifos no original)

Como aponta Arantes (2009), as leituras acerca do urbano na realidade do capitalismo subdesenvolvido periférico e dependente, ao ensejarem uma transferência das contradições entre capital-trabalho para contradições entre Estado-trabalho no urbano, acabaram por surtir efeitos sobre a concepção estratégica nas lutas pela reforma urbana no Brasil. Tal concepção, sob a égide do “programa democrático-popular” do PT, buscou uma construção mais justa do urbano sob uma lógica da organização da base política (na união entre trabalhadores e classe média) pela disputa dos aparelhos de Estado. Esse processo culminou na criação do Ministério das Cidades em 2003, e acabaram por articular uma cooptação de diversos seguimentos organizados progressistas que disputavam e reivindicavam uma urbanização que garantisse algum tipo de direito à cidade com uma reprodução cotidiana do trabalho mais digna, institucionalizando os conflitos urbanos sob um ineficaz “participativismo” popular (LINS e BASSO, 2017; MARICATO, 2014).

Nesse caminho, o que pode se chamar de uma máquina de crescimento urbano no Brasil, tem se articulado através de uma disputa diversa por fundos públicos na busca de financiamentos na produção habitacional e de infraestruturas (urbanas e/ou regionais). Programas como Minha Casa Minha Vida e o Programa de Aceleração de Crescimento, se articularam, nesse sentido, muito mais como políticas macroeconômicas do que como políticas sociais, de modo a promover a dinamização do setor da construção civil e a geração de emprego e renda, porém, sem enfrentar a estrutura fundiária, exponenciando o preço dos imóveis, promovendo a suburbanização dos mais pobres e a expansão das manchas urbanas

(na maioria das vezes sem o acompanhamento adequado de infraestrutura) (CARDOSO, ARAGÃO e ARAUJO, 2011). Acompanha isso, uma crescente sobreposição do valor de troca sobre o valor de uso na construção de infraestruturas diversas no urbano, onde, a provisão de Meios de Consumo Coletivos tem acompanhado a reprodução do capital sem, muitas vezes, estabelecer as bases para a reprodução do trabalho, através de uma série de obras interrompidas, inauguradas “pela metade” ou abandonadas, que articulam uma espécie de “acumulação por falências”, dentre outros “golpes”, que merecem ser mais estudadas, compreendendo suas consequências sobre a urbanização em tal ciclo ao complexificar as formas de destituição (BRANDÃO, 2016, p. 1122).

Ao observar tais processos, Lavinias (2015) compreende que as políticas de transferência direta de renda e de abertura de crédito, têm se articulado, junto à um sistema tributário de subfinanciamento de serviços públicos diversos na reprodução cotidiana do trabalho (saúde, educação, previdência, transporte, etc.), como uma porta para o crescimento do setor privado em tais serviços, conformando uma espécie de sociedade de consumo de massas através de dispositivos de inclusão e reprodução cotidiana do trabalho via mercado. Estes processos têm acompanhado um papel crescente do sistema financeiro através do endividamento familiar via acesso ao crédito (estudantil, de saúde, etc.), concitando que o salário direto se vê cada vez mais constrangido via redução do salário indireto, de modo que, nessa conjuntura, não há um ganho real na distribuição de rendas. Estrutura-se, assim, segundo a autora, uma subversão da lógica da política social, transformando os direitos de acesso universal à seguridade instaurados na Constituição de 1988 em mercadorias, sujeitos aos riscos e incertezas das falhas de mercado, aumentando a vulnerabilidade e o nível de mercantilização fictícia do trabalho.

Seguindo isso, a gestão (empresarial) do território em tempos de neoliberalização tem levado à uma reestruturação e mercantilização, que se concretizam em variadas paisagens híbridas de urbanos, com uma particular intensidade nos laboratórios latino-americanos, dada a especificidade de tal condição nas variações de urbanização, e sua entrada nos grandes experimentos de desenvolvimento, que articularam novas coalizões em vários níveis de governo (municipal, estadual e federal), bem como, o reescalonamento das relações dentre os diversos agentes econômicos em seus ciclos diversos de acumulação na produção e consumo do espaço urbano. A exemplo disso, os mega-eventos abrigados no Rio de Janeiro, como os Jogos Pan-americanos em 2007, a Copa do Mundo FIFA em 2014, e os Jogos Olímpicos em 2016, têm articulado a produção e consumo do urbano como a realização de uma série de interesses mercantis, que pontuam as intervenções através de projetos de renovação urbana, servem-se aos interesses especulativos do mercado imobiliário, e desembocando em processos diversos de segregação social-espacial (RIBEIRO e SANTOS JUNIOR, 2017).

Roll-Back 2.0 e 2.1: a neoliberalização radical?

Desde o golpe institucional estabelecido contra Dilma Rousseff em 2016 e a posse de Michel Temer, temos acompanhado um processo de ataque e desmonte radical das bases cidadãs da constituição de 1988, de dispositivos institucionais e políticas governamentais distributivas e anticíclicas do lulismo, bem como, uma abertura e fortalecimento dos blocos

regionais mancomunados com o capital financeiro (BRANDÃO, 2017). A operação discursiva de criminalização da relação capital-Estado acabou por operar uma espécie de “caça às bruxas” com diversas prisões de políticos e empresários, articulando uma relação causal linear falseadora no discurso cotidiano acerca da articulação corrupção e crise econômico-social (PINTO, 2017). Esses processos, junto a uma série de intervenções sino-americanas sobre as eleições presidenciais de 2018, que ainda estão por ser entendidas, acabaram por eleger Bolsonaro ao cargo de presidente do executivo. Devido a uma série de contradições internas na tentativa de dar coesão para a construção desse novo bloco de poder fica difícil realizar qualquer perspectiva assertiva de futuro. A instabilidade e incerteza frente as possibilidades de desenvolvimento dos processos se estabelece de maneira radical e, mais do que nunca, o “entreguismo” econômico frente aos interesses sino-americanos aparece de maneira forte e radical, ainda que tenha que enfrentar a “batata quente” do “projeto china” nos investimentos diversos em infraestrutura e produção no Brasil (AGUIAR, 2017, p. 46-75; GONÇALVES, 2018).

Pinto (2017), ao olhar as contradições diversas dentro do bloco de poder que estruturaram o ciclo petista, constrói, em ricas e complexas causalidades, os processos diversos que constituíram sua derrocada no golpe parlamentar de 2016 contra Dilma Rousseff, bem como, as tendências e contra tendências em suas implicações futuras. O autor considera tanto determinantes externos, através da articulação de interesses estadunidenses em busca da manutenção de sua hegemonia internacional, assim como, as contradições e alianças entre as diversas classes e frações de classe na estrutura interna do país. Assim, o autor aponta que a continuidade da política macroeconômica herdada dos anos de 1990, manteve a dominância bancário-financeira, que continuou ditando a inserção produtiva do país no cenário internacional. Este processo desencadeou um aumento do poder do agronegócio exportador e da indústria intensiva em recursos naturais, dado o processo de valorização das *commodities* impulsionado pela demanda chinesa. Tal arranjo, ao depender em demasia do mercado externo, entra em colapso com a desaceleração econômica da China, dificultando o saldo positivo na balança, levando o Estado a recorrer ao ajuste fiscal e a redução dos gastos públicos, configurando um cenário com poucos elementos de oferta agregada e instituindo uma espiral de decrescimento econômico. Esse quadro se agrava com ação da Operação Lava-Jato, na insistência dos ditos weberianos-messiânicos em realizar uma espécie de caça às bruxas, que pretende limpar o cenário brasileiro da corrupção pública e privada, mesmo que ao custo da desestabilização das relações econômicas, principalmente no que condiz à disputa das grandes empreiteiras sobre os fundos públicos de investimento em infraestrutura e urbanização. Institui-se assim um cenário de guerra de todos contra todos, que configura uma crise multifacetada – de acumulação, política, e de relações entre o bloco de poder e o Estado.

Em meio a esse processo, reestrutura-se a redistribuição das rendas do trabalho em favor do capital (principalmente da fração bancário-financeira), atingem-se novamente altas taxas de desemprego, e minam-se as dinâmicas diversas nos mercados urbanos e regionais (BRANDÃO, 2017; SIQUEIRA, 2015). Essas causalidades têm se consumado como um novo ciclo de neoliberalização (um *Roll-Back* “2.0”), que constitui uma série de formações de consensos (ou de imposições) no desmonte e enfrentamento das poucas políticas sociais universais que ainda persistem da constituição de 1988. De modo que:

[...] é impressionante [...] como, em cerca de 20 anos, o Brasil, demonstrando a fragilidade de sua jovem experiência democrática, construiu três rodadas de neoliberalização bastante distintas, um Roll-Back, um Roll-Out e um novo Roll-Back ainda mais radical que o primeiro. [...] Com nuances que poderiam se distinguir entre as três rodadas de neoliberalização dos últimos dois decênios, em todas elas persistiu a redistribuição em favor das rendas do capital, em detrimento das rendas do trabalho (BRANDÃO, 2017, p. 64-65).

Por outro lado, segundo Aguiar (2017, p. 46-75) desde o início do *boom* das *commodities* alguns setores chineses têm iniciado investimento pesado em infraestruturas diversas no Brasil. Essa lógica de articulação geopolítica entorno de megaprojetos infraestruturais que abrangem a relação entre a agroindústria, setores extrativistas com as demandas dos mercados globais acabam por reforçar a perda de capacidade estrutural do Estado na intervenção econômica, devido a articulação “financeirizada” do financiamento em infraestrutura no Brasil. De modo geral, é fácil pensar que, a longo prazo, esse movimento tende a agudizar as lógicas regionalistas e as especializações regressivas em setores diversos no país. As posturas do futuro governo acerca de políticas de desenvolvimento local e regional (articuladas em um projeto nacional) teriam que considerar tais questões, porém, dada a coalizão de interesses que se tem articulado, dificilmente se pode contar com esse movimento. O que se deve estruturar de um *Roll-Back* 2.1, onde se articulam uma série de continuidades com as alianças de interesses coalizionadas no governo Temer, porém com uma maior radicalização nas posturas liberais (principalmente no que concerne às privatizações e re-regulações que permitam a ampliação da atuação do mercado em esferas diversas da vida como, redução de direitos sociais e ambientais). Ao que tudo indica, as escalas locais e regionais serão novamente abandonadas no que tange às políticas explícitas de desenvolvimento, porém, com o adicional de intervenção ativa de interesses externos nos circuitos de acumulação que perpassam essas escalas. Ainda é difícil apontar os caminhos dos processos futuros. Tudo o que se apresenta é uma miríade de perguntas sobre movimentos possíveis em escalas diversas, que, mesmo assim, possuem pouca clareza de assertividade.

WELFARE E WORKFARE: ONDE O BRASIL ENTRA NISSO?

Ao estruturar uma leitura multicausal observando os diversos processos que articulam a neoliberalização realmente existente no Brasil dentro de seu movimento particular de *path dependence*, bem como, as contradições estruturais específicas entre suas classes e frações de classes pela apropriação diferencial dos produtos do trabalho em ciclos historicamente singulares, é possível, desde já apontar, nessa espécie de “fricção” entre estrutura e conjuntura, uma série de especificidades de nossos movimentos e contramovimentos em relação aos processos do capitalismo do Atlântico Norte. Enquanto lá se articula um movimento de transformação de Estados Nacional de Bem-Estar Keynesiano para Regimes Shumpeterianos de *Workfare* Pós-nacional, aqui, o processo histórico da construção do nosso capitalismo tem configurado uma coerência estruturada embasada num Estado autocrático com forças centrípetas; com forte articulação dos setores rentistas-patrimonialistas-latifundiários-mercantis; que articulam as lógicas de acumulação primitiva e despossessiva; e que se articulam em blocos oligárquico-regionais. Fazendo um diálogo com os dois tipos ideais

de Estado propostos por Jessop (2008), poderíamos dizer que, no contexto particular da construção interrompida, estruturou-se uma Autocracia Rentista-patrimonialista de Despossessão Oligárquico-Regional. Obviamente que essa estruturação está aqui apenas como proposta, a teorização, no sentido construído por Jessop (2008), demandam uma série de esforços teóricos que extrapolam o espaço desse texto. Essa proposta, porém, serve para esclarecer a questão que se colocou ainda no início do texto: como pensar a transformação do Estado no contexto da construção interrompida em tempos de neoliberalização? Ou ainda, uma vez que a estruturação de nossa coerência escalar não se encaixa nos moldes estabelecidos pela leitura anglo-saxã, como essas transformações neoliberalizantes recaem de forma particular sobre o nosso Estado?

Os processos de neoliberalização à brasileira se assentam nas dificuldades em instituir alianças de classes com interesses em um projeto nacional que liquidassem as oligarquias regionais e, em conjunto, desvinculasse o regime de acumulação das demandas dos mercados internacionais, conformando uma coerência estruturada com base escalar fragmentada. As formulas institucionais extremamente autoritárias, dadas alianças entre burguesia e oligarquia, estabeleceram um capitalismo com sofisticados instrumentos mercantis e que tem a sua formação embasada, não na criação de bases para a produção de capital, mas sim, na instituição de dispositivos de apropriação de rendas em circuitos diversos. Em parte, essa coerência se constitui devido a um contramovimento tardio às relações de mercado, estabelecendo uma realidade que leva a mercantilização fictícia da terra, do trabalho e da moeda às últimas consequências: tem sua primeira inserção no mercado internacional através de base produtiva constituída no grande latifúndio; estruturada na acumulação extensiva, inicialmente na propriedade do trabalhador, e posteriormente na superexploração da força de trabalho; e ajustando-se aos desígnios das demandas internacionais das grandes finanças sob coerção cíclica das crises da dívida externa. Tal cenário conforma: i) um forte poder político às oligarquias regionais e ao grande latifúndio nas primeiras manifestações institucionais; ii) a não materialização de uma sociedade de classes em suas contradições plenas na relação capital-trabalho, assim como, a não estruturação de um mercado interno que destituísse as múltiplas formas de subsistência; e, por fim, iii) o não enfrentamento da lógica capitalista de poder dos centros externos de acumulação, bem como, a não estruturação de formas internas de financiamento que garantissem condições para um desvinculo dos mercados internacionais. Assim, conformam-se as bases estruturais de um capitalismo subdesenvolvido, periférico e dependente, que se materializa na coexistência entre o velho e o novo, o feudal e o capital, o oligarca e o burguês, o arcaico e o moderno, e se reproduz na base da “bala, do boi e da Bíblia”, alternando movimentos cíclicos de democracia e autoritarismo, sempre massacrando qualquer esperança de alteração estrutural.

Nesse sentido, observando os movimentos concretos de neoliberalização em tal contexto, tem-se, pelo menos em hipótese, que este se constrói com força peculiar através das classes e frações de classe que realizam-se nas escala regional, resignando, através de seus movimentos (mas não somente), processos diversos em outras escalas. Ao “pegar carona” na valorização das *commodities* e no efeito China, desencadeou-se uma série de regressões estruturais em nosso capitalismo tardio, minando parte dos avanços realizadas na construção interrompida de nosso desenvolvimentismo, através da desindustrialização e reprimarização da economia. Disso deriva-se o (re)fortalecimento das frações oligárquicas, principalmente aquelas ligadas ao agronegócio e às indústria intensiva em recursos naturais, que, ao

conformar alianças com as frações bancário-financeiras, têm reformulado o poder dos blocos conservadores, dando forma aos desmontes diversos da primeira constituição que buscou universalizar o *status* de cidadão e o acesso aos direitos sociais. Os contramovimentos a tais artifícios provaram não conformar o engajamento necessário para romper com as bases estruturais, tanto de nosso caráter subdesenvolvido periférico e dependente, como das lógicas neoliberalizantes (ver síntese do Quadro 1). O que se construiu foi uma espécie de polimorfo entre o modelo desenvolvimentista e a estrutura agropecuária e extrativista neoliberal, num tipo de “desenvolvimentismo-exportador”, que, através de uma aposta bastante arriscada, buscou equilibrar uma inclusão via mercado com base na demanda externa, numa lógica fetichizada de consumo sem produção.

Quadro 1: Características gerais das rodadas de neoliberalização em seus níveis escalares diversos.

Fonte: elaborado com base nas discussões dos tópicos anteriores.

	Roll-Back	Roll-Out	Roll-Back 2.0	Roll-Back 2.1
Geral	<ul style="list-style-type: none"> - Abertura econômico financeira; - Ataque e desmonte das heranças desenvolvimentistas e da constituição de 1988; - Reprimarização produtiva. 	<ul style="list-style-type: none"> - Cooptação e inclusão via mercado; - Híbrido entre desenvolvimentismo e modelo primário exportador; - Estado com forte indução da oferta agregada. 	<ul style="list-style-type: none"> - A guerra de todos contra todos estruturando uma crise institucional e econômica; - Movimento de remercantilização. 	<ul style="list-style-type: none"> - Alinhamentos de interesses externos diversos num <i>Brazil Delivery</i>.
Local/Regional	<ul style="list-style-type: none"> - Desmantelamento institucional e abandono administrativo; - Agravamento das crises urbanas. 	<ul style="list-style-type: none"> - Redução das desigualdades interpessoais e regionais, porém estruturam-se novas contradições socio-espaciais com a especialização regressiva. 	<ul style="list-style-type: none"> - Abandono e desmantelamento institucional do ciclo anterior. 	<ul style="list-style-type: none"> - Possibilidade de articulação direta dos circuitos urbano-regionais de acumulação com os interesses externos.

Esses processos têm enquadrado a urbanização e a reprodução cotidiana do trabalho em uma série de ciclos não tão consensuais e que abrem uma série de questões, dada as possibilidades de efeitos da imersão do novo ciclo *Roll-Back* instituído após o golpe parlamentar. Experimentos diversos, além de inserir a urbanização dependente dentro da lógica do empreendedorismo, conformando grandes projetos de renovação urbana que levam à segregação social, têm, também, articulado políticas que alimentam uma máquina de crescimento urbana à brasileira, que fortaleceu a especulação imobiliária e a suburbanização dos mais pobres. A precarização de uma série de serviços públicos de reprodução cotidiana do trabalho, em concomitância com as políticas de transferência direta de renda e de acesso ao crédito, tem articulado uma lógica de redução do salário indireto e de expansão do mercado privado de serviços, com uma demanda e uma reprodução do trabalho baseados

cada vez mais na dívida, e a transformação constante de serviços públicos em mercadoria. O que conforma-se, assim, não deve ser colocado como a materialização de um *Workfare* urbano, mas como uma lógica de despossessão de meios diversos de reprodução no Brasil, onde, na maioria dos casos, nem a condição de trabalhador dá acesso aos meios de reprodução cotidiana, numa neoliberalização espoliativa radical. Fortalece-se o caráter estrutural do urbano no Brasil como o espaço da destituição do trabalho, agora com novos dispositivos de mercantilização e reprodução do capital em tal escala, num contexto em que o trabalhador está cada vez mais à sua própria conta e risco para alcançar seus meios de reprodução diária. Assim, dada a crise multifacetada que se estabelece no pós-golpe e a instauração de um novo ciclo *Roll-Back* 2.1, pode-se indagar: qual as possibilidades e limites nas contradições entre a exclusão dos novos incluídos no novo ciclo neoliberal de contrarreforma que se segue? Ou ainda, nas palavras de Brandão (2017, p. 65) “Se eles deixarem de ser ‘incluídos’, e se tornarem ‘re-excluídos’, como reagirão?”.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, D. *A geopolítica da infraestrutura da China na América do Sul: um estudo a partir do caso do Tapajós na Amazônia Brasileira*. Rio de Janeiro: ActionAid Brasil & FASE, 2017.
- ARANTES, P. F. Em busca do urbano: marxistas e a cidade de São Paulo nos anos de 1970. *Novos estudos - CEBRAP*, São Paulo, n. 83, Mar. 2009. 103-127. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0101-33002009000100007>>. Acesso em: 04 out. 2016.
- ARRIGHI, G. *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- BOITO JR, A. Governo Lula: a nova burguesia nacional no poder. In: BOITO JR, A.; GALVÃO, A. *Política e classes sociais no Brasil dos anos 2000*. São Paulo: Alameda, 2012. p. 67-104.
- BOYER, R. *A teoria da regulação: uma análise crítica*. São Paulo: Nobel, 1990.
- BRANDÃO, C. A. *Território e desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global*. 2ª ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2012.
- BRANDÃO, C. A. Espaços da destituição e as políticas urbanas e regionais no Brasil: uma visão panorâmica. *Nova Economia*, v. 26, n. Especial, p. 1097-1132, 2016.
- BRANDÃO, C. A. Crise e rodadas de neoliberalização: impactos nos espaços metropolitanos e no mundo do trabalho no Brasil. *Cadernos Metropolis*, São Paulo, v. 19, n. 38, p. 45-69, Jan/abr 2017.
- BRANDÃO, C. A.; FERNÁNDEZ, V. R.; RIBEIRO, L. C. Q. Dialogar com o Norte e refundar o pensamento crítico espacial latino-americano. In: BRANDÃO, C. A.; FERNÁNDEZ, V. R.; RIBEIRO, L. C. Q. *Escalas Espaciais, Reescalamentos e Estatalidades: lições e desafios para América Latina*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2018. Cap. 1.

- BRENNER, N.; PECK, J.; THEODORE, N. Variegated neoliberalization. *Global Networks*, v. 10, n. 2, p. 182-222, abr. 2010a.
- BRENNER, N.; PECK, J.; THEODORE, N. After neoliberalization? *Globalizations*, New York, v. 7, n. 3, p. 327-345, 2010b.
- CARDOSO, A. L.; ARAGÃO, T. A.; ARAUJO, F. D. S. *Habitação de interesse social: política ou mercado? Reflexos sobre a construção do espaço metropolitano*. XIV Encontro Nacional da ANPUR. Rio de Janeiro: maio. 2011.
- CRESPO, E.; GHIBAUDI, J. El proceso neoliberal de larga duración y los gobiernos progresistas en América Latina. In: DELGADO, D. G.; GRADIN, A. *Documento de trabajo nº 5: el neoliberalismo tardío: teoría e praxis*. Buenos Aires: Flacso, 2017. p. 29-41.
- FERNANDES, F. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.
- FERNANDES, F. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. 5ª. ed. São Paulo: Globo, 2006 [1975].
- FERNÁNDEZ, V. R. Desde el laboratorio neo-desarrollista a la resurgencia neoliberal. Una revisión creativa del “doble movimiento” polanyiano en América Latina. *Revista Estado y Políticas Públicas*, n. 7, p. 21-47, 2016.
- FILGUEIRAS, L. O neoliberalismo no Brasil: estrutura, dinâmica e ajuste do modelo econômico. In: BASUALDO, E. M.; ARCEO, E. *Neoliberalismo y sectores dominantes*. Tendencias globales y experiencias nacionales. Buenos Aires: CLACSO, 2006. p. 179-206.
- FURTADO, C. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005 [1959].
- GALVÃO, A. C. F.; BRANDÃO, C. A. Fundamentos, motivações e limitações da proposta governamental dos "Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento". In: GONÇALVES, M. F.; BRANDÃO CARLOS ANTÔNIO E GALVÃO, A. C. F. *Regiões e Cidades, Cidades nas Regiões: o desafio urbano-regional*. São Paulo: Editora da Unesp, 2003. Cap. 11, p. 187-206.
- GANÇALVES, R. *Governo Bolsonaro, Brasil 2019-22: Cenários*. Texto para discussão: IE/UFRJ, 2018.
- GOMES, A. D. C. *Cidadania e direitos do trabalho*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
- HARVEY, D. *O novo imperialismo*. São Paulo: Edições Loyola, 2004.
- HARVEY, D. A geopolítica do capitalismo. In: HARVEY, D. *A Produção Capitalista do Espaço*. 2ª. ed. São Paulo: Annablume, 2005 [1981]. Cap. V, p. 127-162.
- HARVEY, D. *O enigma do capital e as crises do capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2011.

- JESSOP, B. *El futuro del Estado capitalista*. Madrid: Catara, 2008.
- LAVINAS, L. A financeirização da política social: o caso brasileiro. *Forthcoming at Politika*, Rio de Janeiro, n. 2, p. 35-51, Jul 2015.
- LINS, R.; BASSO, C. L. Controle social e planejamento urbano: uma reflexão sobre os processos neoliberais e neodesenvolvimentistas de cidadania participativa na conjuntura pós-Estatuto das Cidades. *Marx e o Marxismo*, v. 5, n. 8, p. 94-117, jan/jun 2017.
- MARICATO, E. *O impasse da política urbana no Brasil*. 3ª. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
- MARICHAL, C. *História de la deuda externa de América Latina: desde la independencia hasta la gran depreciación, 1820-1930*. Cuidade de México: Alianza Editorial, 1988.
- MELLO, J. M. C. *O capitalismo tardio: contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira*. 8ª. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- PECK, J. *Constructions of Neoliberal Reason*. Oxford: Oxford University Press, 2010.
- PECK, J.; THEODORE, N. Variegated capitalism. *Progress in Human Geography*, v. 31, n. 6, p. 731-772, 2007.
- PINTO, E. C. et al. *A guerra de todos contra todos: a crise brasileira*. Texto para Discussão: IE/UFRJ, 2017.
- RIBEIRO, L. C. D. Q.; SANTOS JUNIOR, O. A. D. Neoliberalization and mega-events: The transition of Rio de Janeiro's hybrid urban order. *Journal of Urban Affairs*, p. 1-15, 2017.
- SADER, E. A construção da hegemonia pós-neoliberal. In: SADER, E. *10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma*. São Paulo: Boitempo, 2015. Cap. 9.
- SILVA, L. O. *Terras devolutas e latifúndio: efeitos da Lei de 1850*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1996.
- SINGER, A. Quatro notas sobre as classes sociais nos dez anos do lulismo. *Psicologia USP*, v. 26, p. 7-14, 2015.
- SIQUEIRA, H. Novo desenvolvimentismo e dinâmica urbano-regional no Brasil. *EURE*, v. 41, n. 122, p. 261-277, enero 2015.
- TAVARES, M. C.; SOUZA, P. R. Emprego e salários na indústria : o caso brasileiro. *Revista de economia política*, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 3-29, Jan-Mar 1981.
- TAVARES, M. D. C. Império, território e dinheiro. In: FIORI, J. L. *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 449-489.

WOOD, E. M. O que é a agenda pós-moderna. In: WOOD, E. M.; FOSTER, J. B. *Em defesa da história: marxismo e pós modernismo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999. Cap. 1, p. 7-22.